



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Gênero, Família, Políticas Públicas

**O PSICÓLOGO NO CRAS: reflexões a partir da análise de
encaminhamentos da rede socioassistencial**

Amanda Adão Pereira ¹
Edneia José Martins Zaniani²

1) INTRODUÇÃO

O surgimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004 foi um marco importante e decisivo para a inserção de psicólogos na equipe básica de Políticas Públicas de Proteção Social, em especial no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Se de um lado essa inserção representa um avanço para a profissão, de outro exige a superação de concepções ideológicas que historicamente marcaram a construção de saberes e práticas pleiteando novos modos de fazer Psicologia. Assim, este trabalho, que resulta de um recorte de um trabalho de conclusão do curso de Especialização em Atenção Integral à Saúde Mental, se propõe a refletir sobre quais demandas e concepções perpassam os encaminhamentos da Rede Socioassistencial direcionados ao psicólogo do CRAS, a fim de compreender que intervenções esperam desse profissional.

Por meio de uma pesquisa documental, de cunho exploratório e qualitativo, foram analisados vinte (20) ofícios de encaminhamentos feitos pela Rede Socioassistencial de um município de médio porte localizado no norte do Paraná, endereçados à psicóloga trabalhadora do CRAS. Essa análise foi orientada pela Psicologia Sócio-Histórica, que compreende o fenômeno psicológico como registro que o homem faz da realidade e das vivências, a partir de seu caráter histórico e dialético, desvencilhando-o de concepções abstratas, naturalistas e dualistas.

2) DESENVOLVIMENTO

A inserção do profissional de Psicologia na PNAS (BRASIL, 2004) é relativamente recente e traz consigo diversos desafios na conquista de seu espaço e na consolidação de sua atuação. Dentre estes desafios, está a dificuldade de superar o modelo tradicional e de caminhar pelas potencialidades da Psicologia enquanto prática coletiva e social.

¹ Psicóloga do CRAS, Especialista em Atenção Integral à Saúde mental. amandaap.mga@gmail.com

² Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, Doutora em Psicologia. edapsi@hotmail.com



Estas dificuldades possivelmente estão relacionadas ao modo como a Psicologia se consolidou historicamente. Segundo Bock (2007), a Psicologia produziu conhecimentos que visavam atender as classes dominantes, que ignorava as desigualdades sociais, cujos saberes e instrumentos permitiam:

[...] o aumento do controle sobre os grupos sociais, a ampliação da capacidade produtiva dos trabalhadores, a distribuição de crianças de forma homogênea ou heterogênea nas classes, para garantir aprendizado e disciplina, a seleção do homem certo para o lugar certo, a higienização moral da sociedade, o controle do comportamento, a classificação e a diferenciação. (p. 26)

A Psicologia traz consigo a história e a herança dos conhecimentos adquiridos no decorrer do seu desenvolvimento científico que, ainda hoje, produzem práticas pautadas nos ideais de adaptação e culpabilização dos indivíduos (LEÃO; OLIVEIRA; CARVALHO, 2014).

Em contrapartida, o documento do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2008) propõe que “as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem.” (p.22). Portanto, é necessário que o psicólogo supere visões naturalizantes e reconheça em suas intervenções a realidade sócio-histórica das famílias atendidas.

Questionando qual a atuação é esperada dos profissionais de Psicologia, apresentamos os resultados organizando a análise de ofícios de encaminhamentos em duas unidades: (i) Atendimento psicológico: práticas higienistas; e (ii) Atendimento do psicólogo como prática clínica-curativa.

3) RESULTADOS

3.1) Atendimento psicológico: práticas higienistas

Dos vinte (20) encaminhamentos selecionados para análise, dois trouxeram como demanda ao psicólogo questões relativas à higiene dos membros família e organização física das residências. Essa demanda traz os resquícios históricos do chamado Movimento Higienista característico do século XIX e que no início século XX, aqui no Brasil, desdobrou-se no que ficou conhecido como Movimento de Higiene Mental. Para Moura e Boarini (2012) esse movimento propunha que, em prol do desenvolvimento de homens aptos ao trabalho e às necessidades da sociedade, era necessário produzir um homem física e mentalmente saudável. Era indispensável adequá-lo aos hábitos cotidianos de higiene e de convívio pleiteados pela nova ordem urbana. Assim, as intervenções visavam a adaptação das famílias e indivíduos desconsiderando as mazelas produzidas pela emergência do modo capitalista de produção.



Três dos encaminhamentos ao psicólogo faziam menção à necessidade de ensinar aos pais como cuidar de seus filhos. Assim, percebemos que os encaminhamentos, na mesma lógica higienista, sugerem que o profissional oriente e/ou corrija determinados modos de cuidado, colocando o saber científico acima dos conhecimentos da família, em prol de uma determinada ordem social.

Oito ofícios fizeram alusão à resolução de conflitos familiares. Essa demanda trata como atípicas as dificuldades de relacionamento das famílias, fazendo apelo de atendimento do psicólogo àquelas que fogem ao ideal de convívio e bem-estar. Nesses termos, a higiene mental elegeu a criança como foco principal de sua intervenção, alçando à família a responsabilidade de garantir seu bem-estar e, vivendo de modo harmônico, prevenir desajustes psíquicos e sociais. Assim, “[...] deveriam [as relações intrafamiliares] adquirir um estilo refinado, higiênico, polido e disciplinado.” (MOURA; BOARINI, 2012, p. 230).

3.2) O atendimento do psicólogo como prática clínica-curativa

Em quatorze (14) dos ofícios encaminhados ao psicólogo do CRAS constatou-se demanda de atendimento/tratamento por motivos comportamental e/ou de ordem emocional. A Psicologia se consolidou a partir de um viés curativo e adaptacionista dos sujeitos e as práticas do psicólogo se espelharam no modelo médico se concretizando, principalmente, por meio da clínica liberal privada. Assim, desde a regulamentação da profissão o fazer *psi* vem sendo hegemônicamente individualizante e descolado da realidade, configurando-se como elitizado e descomprometido com as demandas sociais (BOCK, 1997).

Merece destaque aqui, que nenhum dos ofícios tinha a vulnerabilidade social como justificativa para os encaminhamentos à psicóloga. Em três dos encaminhamentos foram citadas questões relativas à intervenções a respeito de benefícios, desemprego e/ou dificuldades financeiras, no entanto, de modo secundário. Como destacaram Paiva e Yamamoto (2010), o histórico da Psicologia, somado às exigências neoliberais, contribuíram para a construção de uma ciência e profissão descomprometida com as questões relacionadas à pobreza e à superação das desigualdades. Isso, conseqüentemente, reflete no modo como suas práticas são compreendidas, limitadas à intervenções de cunho individualizantes e “o papel da Psicologia permanece vinculado ao indivíduo e à sua subjetividade”. (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p. 20). Essa visão psicologizante ressoa no modo limitado como as práticas da Psicologia são compreendidas, tanto pelos próprios profissionais, quanto pela sociedade em geral, que enxergam o psicólogo como agente de tratamento e cura dos possíveis desvios comportamentais e/ou emocionais, desconsiderando que o sofrimento humano, inclusive o psíquico, é produzido e/ou significado, dentro de um contexto social mais amplo.



4) CONCLUSÃO

Este trabalho demonstrou que as demandas endereçadas ao psicólogo do CRAS ainda estão fortemente associadas a práticas higienistas e ao ideário da higiene mental. Ainda é muito frequente o encaminhamento de demandas de cunho emocional/comportamental ao psicólogo do CRAS, associando sua prática ao modelo clínico e partindo de uma visão psicologizante de processos psicossociais. Não esperam uma prática psicológica comprometida com o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, tampouco que mirem a transformação social. Por fim, este trabalho contribuiu para proporcionar reflexões acerca do trabalho do psicólogo do CRAS, principalmente em pensar e repensar saberes e práticas profissionais historicamente enraizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M; FURTADO, O. (org). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, p.15-35, 2007.

BOCK, A. M. B. Formação do Psicólogo: Um Debate a Partir do Significado do Fenômeno Psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931997000200006>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BOTARELLI, A. **O psicólogo nas políticas de proteção social**: uma análise dos sentidos e da práxis. 2008. Tese de Doutorado, Psicologia, PUC-SP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17265>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007. (re-impressão 2008).

LEÃO, S. M; OLIVEIRA, I. M. F. F.; CARVALHO. D. B. O Psicólogo no Campo do Bem-Estar Social: atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referências de Assistência Social (CRAS). **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 264-289, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000100015>. Acesso em: 05 fev. 2018.

MOURA, R. H; BOARINI, M. L. A saúde da família sob as lentes da higiene mental. **História, Ciências, Saúde**, v.19, n. 1, p. 217-235, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702012000100012&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 14 mai. 2018

PAIVA, I. L; YAMAMOTO, O. H. Formação e prática comunitária do psicólogo no âmbito do “terceiro setor”. **Estudos de Psicologia**, v. 15, n. 2, p. 153-160, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 abr. 2018.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. de. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**. v. 26, n. especial, p. 9-24, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/20707/14758>. Acesso em: 14 abr. 2018.